



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CAYO MIRANDA DE ANDRADE**

**GESÍCA DA SILVA MACIEL**

**MARIA SANTA ALVES DE CASTRO RODRIGUES**

**NATÁLIA RODRIGUES DE CASTRO**

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO  
DE PIQUET CARNEIRO/CE**

**PIQUET CARNEIRO - CE**

**2017**

**CAYO MIRANDA DE ANDRADE**

**GESÍCA DA SILVA MACIEL**

**MARIA SANTA ALVES DE CASTRO RODRIGUES**

**NATÁLIA RODRIGUES DE CASTRO**

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO  
DE PIQUET CARNEIRO/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título em Bacharel em Administração Pública.

**ORIENTADOR: PROF. MARCONE VENÂNCIO DA SILVA**

**PIQUET CARNEIRO – CE**

**2017**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**  
**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)**  
**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**  
**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

I31

O impacto do programa bolsa família no desenvolvimento socioeconômico no município de Piquet Carneiro/CE. / Cayo Miranda de Andrade... [et al.]. – Piquet Carneiro, 2017.

39 f. ; 30 cm.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Me. Marcone Venâncio da Silva.

Inclui gráficos e referências.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Desenvolvimento econômico. I. Título. II. Maciel, Gesica da Silva; III. Rodrigues, Maria Santa Alves de Castro. IV. Castro, Natália Rodrigues de.

CDD 353.50981

---

**CAYO MIRANDA DE ANDRADE**

**GESÍCA DA SILVA MACIEL**

**MARIA SANTA ALVES DE CASTRO RODRIGUES**

**NATÁLIA RODRIGUES DE CASTRO**

**O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO  
DE PIQUET CARNEIRO/CE**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Marcone Venâncio da Silva (Orientador)

---

Prof(a). Viviane Maia Carvalho (Avaliadora)

---

Prof(a). Danyelle de Lima Teixeira (Avaliadora)

## **AGRADECIMENTO**

A Deus que nos permite estar com saúde e paz para podermos exercer nossas atividades com responsabilidade e comprometimento.

Aos nossos pais que nos incentivaram ao longo da jornada, principalmente, nas horas mais difíceis.

A todos os tutores pela paciência, cumplicidade, esforço e comprometimento, muito obrigado.

A UNILAB e aos professores, obrigado por todo o aprendizado.

Gostaríamos de agradecer também a todos que contribuíram direta ou indiretamente com esta pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo propôs verificar se houve mudanças significativas na qualidade de vida social e econômica dos beneficiários assistidos pelo Programa Bolsa Família no município de Piquet Carneiro. A pesquisa de caráter qualitativo teve como instrumento para coleta de dados um questionário avaliativo social e econômico direcionado a 30 beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Piquet Carneiro – CE, aplicado em uma única vez, como meio de diagnosticar a eficiência do benefício na vida das pessoas. Observou-se que tipo de mudanças na qualidade de vida dos beneficiários ocorreu, e como o programa bolsa família influencia na educação das famílias e na saúde dos beneficiados. Os programas sociais de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, são de fundamental importância para a população carente do Brasil, principalmente em regiões onde predominam a pobreza e a falta de oportunidade de trabalho.

Palavra-chave: Programa Bolsa Família. Distribuição de Renda. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The present study proposed to verify if there were significant changes in the quality of social and economic life of the beneficiaries assisted by the BolsaFamília Program in the municipality of Piquet Carneiro. The qualitative research had as instrument for data collection a social and economic evaluation questionnaire directed to 30 beneficiaries of the BolsaFamília Program of the municipality of Piquet Carneiro - Ce, applied in a single time, as a means to diagnose the efficiency of the benefit in life of people. It was observed that type of changes in the quality of life of the beneficiaries occurred, and how the BolsaFamília Program influences the education of families and the health of beneficiaries. Social programs of income distribution, such as the BolsaFamília Program, are of fundamental importance to the needy population in Brazil, especially in regions where poverty and lack of work opportunities predominate.

Keyword: Bolsa Família Program. Incomedistribution. Publicpolicy

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1: Responsável pelo Recebimento do Programa Bolsa Família.....	20
Gráfico 2: Frequência dos Filhos dos Beneficiários a Escola ou Creche.....	22
Gráfico 3: Famílias Acompanhadas Pelo Sistema Único de Saúde.....	23

## SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1.INTRODUÇÃO.....	09
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Programas de Transferência de Renda e Sua Origem.....	14
2.2 Programa Bolsa Família e sua Fundamentação.....	15
2.3 Impacto do Programa Bolsa Família na Qualidade de Vida da População Beneficiária.....	16
3.METODOLOGIA.....	20
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1 Mudança na Qualidade de Vida dos Beneficiários.....	22
4.2 Programa Bolsa Família e Sua Influência na Educação.....	24
4.3 A Influência do Programa Bolsa Família na Saúde de seus Beneficiários.....	25
5.CONCLUSÃO.....	28
6.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	30
ANEXO.....	33

# 1. INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma das piores concentrações de renda do mundo, só sendo superado por poucos países, tais como Serra Leoa, República Centro-Africana e Sua-zilândia. Não bastasse esse quadro de extrema desigualdade, soma-se a ele a existência de um enorme contingente da população brasileira situado abaixo da linha de pobreza.

Como é sabido, a definição de linha de pobreza é extremamente polêmica, gerando estimativas bastante diferenciadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 2000, e ao adotar o critério de R\$ 60,00 per capita mensal como definidor da linha de pobreza, 35% da população brasileira (o que equivale a 57,7 milhões de pessoas) estariam vivendo abaixo da linha de pobreza. Essa análise identificou que as regiões mais pobres do país seriam a Norte e a Nordeste, onde 13,8 milhões de pessoas viveriam em situação de pobreza extrema, e que 26% dos brasileiros nessa situação habitariam as zonas rurais.

A Região Nordeste do Brasil é historicamente conhecida pela pobreza e pela falta de oportunidades como a geração de empregos e educação para sua população.

É na região Nordeste onde se concentra o maior número de beneficiário do PBF, devido à carência social e econômica das famílias dessa região, que se encontra em situação de pobreza e sem acesso às necessidades básicas de alimentação, educação e saúde. Contudo, constituindo-se, eminentemente, num espaço com enorme carência, se comparada com as demais regiões brasileiras (PEQUENO, 2008).

De acordo com dados de Sistema de Benefício ao Cidadão (SIBEC) em fevereiro de 2008 no Estado do Ceará, 905.595 famílias são beneficiadas pelo Programa, cujo volume de recursos totaliza R\$ 71.443.403,00, o equivalente a 8,32% do dispêndio nacional efetuado pelo Programa, segundo informações da Controladoria Geral da União.

O enorme dispêndio governamental destinado à busca frenética da redução da pobreza e da extensa desigualdade existente no país, vinculado a grande disparidade consensual de estudos que comprovam a importância dos programas de transferência de renda, alavanca a necessidade da avaliação do impacto do Programa sobre o bem-estar das famílias beneficiadas.

O município de Piquet Carneiro, localizado na mesorregião dos sertões cearense, com área territorial de 592,07m<sup>2</sup>, com população estimada em 2013 em 16.169 habitantes e com densidade demográfica de 26,31hab/km<sup>2</sup> (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2013/2014). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Piquet Carneiro é 0,600, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,779, seguida de Renda, com índice de 0,530, e de Educação, com índice de 0,523.

Atualmente, no combate à pobreza e como política de transferência de renda, o governo federal conta, entre outros, com o Programa Bolsa Família. Este programa está sob a égide do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Em junho de 2004, o governo federal registrava que 4.103.016 famílias eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, absorvendo, naquele mês, recursos da ordem de R\$ 288,2 milhões.

A renda advinda do programa de transferência de renda Bolsa Família gera diferentes impactos no alívio e no combate à pobreza e à desigualdade. Isso se torna mais claro à medida que realizamos pesquisas com enfoques mais voltados para a apreensão de aspectos materiais e imateriais da pobreza, tais como as estratégias de vida e a subjetividade dos pobres.

Podemos afirmar que o PBF ataca uma dimensão do problema - a renda - e nisso a política pública de combate à pobreza está sendo eficiente, pois além de bem focalizada, também está conseguindo aumentar a renda e o consumo dos estratos mais pobres da sociedade brasileira. Outro dado observado é que a maioria das mães utiliza o benefício em “prol dos filhos”. Há uma ideia generalizada de que o dinheiro tem que ser gasto em favor dos filhos, pois “é deles”, cuja prioridade é a compra de alimentos. Para as famílias que não apresentam renda fixa, além do benefício do BF, o dinheiro serve para garantir o sustento, impedir que a família “passe fome”. Para as famílias em que o benefício do PBF é uma renda complementar, o dinheiro se reverte na compra mais diversificada de alimentos e, vez ou outra, um par de sapatos de uma roupa para o filho/a, compra de matérias escolares.

É importante ressaltar que as famílias têm liberdade na aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer recebendo o benefício enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade e o cumprimento adequado das condicionalidades do programa.

Nesse sentido, para reforçar a participação das famílias, o PBF instituiu o que se chama de condicionalidades no campo da saúde, educação e assistência social. Dessa forma, cada família para permanecer no programa deve assumir o compromisso de manter os filhos em idade escolar devidamente matriculados com uma porcentagem mínima de presença, manter a frequência regular de crianças de 0 a 7 anos aos postos de saúde acompanhando também o cartão de vacinação, e na área da assistência social manter crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retirados do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), participando dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com frequência mínima de 85% da carga horária mensal, além de manterem seus cadastros atualizados junto ao Cadastro Único para Programas Sociais. Essas condicionalidades são acompanhadas pelos municípios e informadas sistematicamente ao MDS.

Segundo estudo realizado por Soares et al. (2007), comparando o período de meados dos anos 1990 até meados da primeira década do século XXI observou-se uma queda da desigualdade social no Brasil, baseando-se no Índice de Gini<sup>3</sup>, umas das medidas de desigualdades mais usadas em todo mundo, identificou-se um declínio de 2,8 pontos no Brasil durante esse período, o que significa uma redução de aproximadamente 5% da desigualdade no país.

Sobre esse resultado Soares et al. (2007) analisa que a redução da desigualdade no país durante esse período teve inúmeras causas. Porém, deve-se destacar a presença dos programas de transferência de renda como participantes desse processo, devido a sua boa focalização e, especificamente, no caso do Bolsa Família, por ser um programa massivo.

Segundo Barros et al (2007), em outro estudo, foi observado no período de 2001 a 2005 um aumento da renda anual no Brasil de somente 0,9% beneficiando mais a população pobre. Em contrapartida, o índice de crescimento da renda dos 10% e dos 20% mais ricos da população foi negativo (-0,3% e -0,1%, respectivamente). Nesse sentido, identificou-se que enquanto o crescimento da renda dos 10% mais pobres foi de 8% ao ano, a dos mais 10% mais ricos declinava em 0,3% ao ano. Além disso, foi detectado que durante esse quadriênio que a renda dos 50% mais pobres cresceu 3,7% ao ano, e a renda média dos 50% mais ricos cresceu apenas 0,4% ao ano.

Segundo Barros et al. (2006), o declínio da pobreza e da pobreza extrema, nesse período, deveu-se quase que exclusivamente à diminuição do grau de desigualdade de renda.

Para o autor, é possível diminuir a pobreza e a pobreza extrema mesmo não havendo crescimento econômico, pois segundo ele isso é possível quando se diminui a desigualdade de renda entre pobres e ricos.

Soares et al. (2006) destacou também o impacto dos programas de transferência de renda sobre a desigualdade e a pobreza no Brasil durante o período de 1994 a 2004, analisando os resultados positivos do PBF e do BPC que juntamente com as aposentadorias e pensões vinculadas ao piso previdenciário, foram responsáveis pela queda de 7% na pobreza e na indigência durante o período estudado

Os programas de distribuição de renda como bolsa família estão contribuindo para redução da miserabilidade? Que impacto sócio-econômico o Programa Bolsa Família causa à população brasileira?

Nesse contexto surge o seguinte problema de pesquisa:

Como o Programa Social de distribuição de renda Bolsa Família está alterando a vida social e econômica dos beneficiários?

Para responder a esse problema a presente pesquisa tem como objetivo geral:

Verificar as mudanças na qualidade de vida social e econômica dos beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Piquet Carneiro-CE.

Para que este objetivo seja alcançado, devem ser atingidos os seguintes objetivos específicos:

Observar se o Programa Bolsa Família melhorou a qualidade de vida socioeconômica dos beneficiários do município de Piquet Carneiro -CE.

Identificar como a transferência de renda direta e condicionada, vem contribuindo para que as Famílias ampliem o acesso à educação e a saúde no município.

A presente pesquisa está estruturada em cinco etapas, onde na primeira etapa foi feita essa introdução e contextualização do tema, para que assim fosse possível apresentar a justificativa e a problemática da pesquisa. Na segunda etapa, a pesquisa bibliográfica se estendeu a livros, sites, artigos científicos e revistas especializadas no assunto, com o intuito de se conseguir referências para o embasamento teórico da pesquisa.

A terceira etapa consistiu na metodologia escolhida para a execução do trabalho, desde a definição das características da pesquisa, como natureza, delineamento e temporalidade, até a coleta de dados e definição de análises.

Na quarta etapa foram feitos os resultados e discussão das análises dos dados obtidos com a aplicação dos questionários através de planilhas no Excel. Na quinta etapa, a conclusão em relação as informações obtidas ao longo da pesquisa e o cruzamento das mesmas com o conhecimento teórico acerca do assunto.

Mesmo com as dificuldades encontradas ao longo do caminho, o resultado obtido foi considerado satisfatório, uma vez que, a pesquisa conseguiu atender a todos os objetivos propostos.

## **2. REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Programas de Transferência de Renda e sua Origem**

O Brasil tem historicamente sofrido com a má distribuição de renda, por ter um grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo.

O crescimento da pobreza, da fome e da desigualdade continua em ritmo alarmante, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, lançado pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), onde se destaca que no ano de 2002, 11 milhões de crianças morreram em todo o mundo, antes de completar um ano de vida. Essa taxa é reflexo direto das condições de vida de grande parte da população mundial.

Por isso, a necessidade de criar políticas sociais compensatórias para um eficiente funcionamento da sociedade, com o intuito de remediar os danos causados pelo capitalismo, que gera esta lacuna entre ricos e pobres. O Estado tem o papel de intermediador entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade.

Por isso, há alguns anos com essas disparidades cada vez mais acentuadas, o Estado surge como interventor através de políticas sociais de transferência direta de renda na tentativa de abrandar essa situação. Na década de 1990, as políticas passaram a ser tratadas como uma questão social. De acordo com Ferraz (2008), a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, finalmente os programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país, agrupados na chamada Rede de Proteção Social, onde o Estado passa realmente a efetivar políticas para reduzir a miséria. Estes vêm acompanhados de condicionalidades, que se referem essencialmente aos fatores de saúde e educação.

Michel (2003) apud Pires (2008), define os programas de transferência de renda como programas sociais que permitem a intervenção governamental na economia, causando efeitos imediatos e servindo também como instrumento no combate à pobreza e à concentração de renda. Segundo Ferraz (2008), estimulado por um novo jeito de enxergar o Estado e com base nos novos princípios da constituição, o Governo Federal desenvolveu uma

série de programas nos últimos tempos que buscam erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o bem-estar social.

Conforme Rocha (2005), o governo Lula ao assumir o poder em 2003, detecta uma rede de programas de transferência de renda despadronizada e descentralizada. Criando então, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela coordenação de todos os programas de transferência de renda. Através do “Fome Zero”, implantado em fevereiro de 2003, inicia-se a unificação desses programas. Esse processo consolida-se em outubro de 2003, com a implantação do Bolsa - Família.

## **2.2 Programa Bolsa Família e sua Fundamentação**

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do governo federal.

Constitui-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL. MDS, 2006).

Sendo assim, para receberem o benefício do Governo, as famílias precisam obedecer às condicionalidades de saúde e educação, ou seja, as crianças e mulheres precisam ter um acompanhamento semestral pela Saúde, e as crianças e adolescentes em idade escolar precisam ter um mínimo de 85% de frequência escolar, e o não cumprimento dessas condicionalidades bloqueia o benefício até que seja justificado ou verificado e obedecido.

Ainda em relação à condicionalidade da frequência escolar, o interesse do governo é de que as crianças em idade escolar estejam frequentando a escola, pois é direito da criança e

dever da família e da sociedade, segundo artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB, 2010, p.8), além de reduzir a vulnerabilidade quanto a violência, a negligência e ao trabalho infantil.

Por se tratar de um benefício do Governo Federal, é necessário estar cadastrado no Cadastro Único de Benefícios do Governo Federal, um sistema de dados que promove uma análise social do indivíduo e da família e, com base nos critérios desse Cadastro – CADU – é possível fazer uso de diversos benefícios do Governo Federal, como participar de programas de transferência de renda, – PBF e BPC (Benefício de Prestação Continuada) – programas de habitação – Minha Casa, Minha Vida – cursos de geração de renda ofertados pelas Secretarias de Assistência Social e programas de proteção a criança em vulnerabilidade social – PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e projetos de contra turno.

O programa atende hoje mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional. O MDS ainda aponta o programa Bolsa Família como um importante instrumento de redução da desigualdade social e da pobreza, citando dados do 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que demonstra queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008.

O PBF trabalha com três eixos principais: a transferência de renda, que proporciona alívio imediato da pobreza; condicionalidades, que garantem os direitos sociais básicos a educação e a saúde; e programas complementares, que oportunizam o desenvolvimento de qualidades e potencialidades nas famílias atendidas, de modo que atinjam independência do programa. Este último eixo trabalha com a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos e oficinas socioeducativas para crianças e adolescentes, possibilitando o acesso dos pais ao trabalho efetivo, não apenas o informal.

A distribuição de valores do benefício vai depender da estrutura física familiar e da renda per capita mensal. Outro autor que pesquisou sobre o PBF foi Clovis R. Zimmermann, e comenta que o “PBF tornou-se um dos principais instrumentos de combate a fome e de garantia do direito humano a alimentação do Brasil” (ZIMMERMANN, 2006, p. 146).

### **2.3 Impacto do Programa Bolsa Família na Qualidade de Vida da População Beneficiária**

Segundo o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares (IFPRI, 2012) o PBF não está somente complementando o orçamento mensal das famílias pobres no Brasil, mas também está mudando as condições de vida dessas famílias. Essa constatação é fruto da pesquisa realizada “Avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família” numa segunda rodada (AIBF II) realizada pelo IFPRI, encomendada pelo MDS e pelo Banco Mundial (BIRD) com o objetivo de entender os efeitos do programa na condição de vida das famílias que recebem o Bolsa Família.

O intuito desse tipo de pesquisa é analisar os efeitos do PBF com um olhar mais no futuro. O programa não foi articulado somente para atingir as famílias e a sociedade no curto prazo, onde seus efeitos são o alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda para as famílias pobres.

A médio prazo tem-se o papel das condicionalidades, que proporcionam o desenvolvimento do capital humano e dão a possibilidade de mudança de vida para as novas gerações. E por último ocorre a inclusão social efetiva, integrando essas famílias pobres às políticas sociais do governo para no longo prazo construir a uma sociedade mais igualitária e mais desenvolvida socialmente (MESQUITA, 2007, p. 106).

As mudanças proporcionadas pelo PBF nas condições familiares dos beneficiários não é somente de uma renda extra. O Bolsa Família exige o cumprimento de condicionalidades ligadas à educação e saúde o que contribuiu para o acesso aos serviços que, antes, tornavam essas famílias excluídas. Podemos destacar que esse programa pode propiciar alguma contribuição para as famílias beneficiadas na satisfação das suas necessidades humanas elementares.

O perfil das famílias elegíveis para receber os benefícios do PBF são aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza e de pobreza. Assim, é de se esperar um aumento significativo na renda mensal das famílias que recebem o benefício. É importante ressaltar que esse aumento de renda teve impacto principalmente para as famílias que se encontram na extrema pobreza.

Dessa forma para o Brasil, como um todo, a renda mensal média per capita cresceu de R\$ 51,09, antes do benefício, para R\$ 78,12, depois do benefício (alta de 52,9%). Portanto, os referidos benefícios levam a renda média per capita de um nível abaixo da linha de extrema pobreza, utilizada pelo programa (R\$ 70,00), para um nível acima desta. (CONSTANZI; FAGUNDES, 2010, p. 258).

É na região Nordeste que se concentra mais da metade das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Atualmente o programa atende um total de 7.197.517 milhões de famílias o que equivale a 56,67% do total das famílias beneficiadas em todo o país (BRASIL, MDS, 2014)

A renda per capita média de Piquet Carneiro cresceu 127,17% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 95,53, em 1991, para R\$ 141,99, em 2000, e para R\$ 217,02, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,41%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,50%, entre 1991 e 2000, e 4,33%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 84,43%, em 1991, para 67,53%, em 2000, e para 48,21%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,53, em 1991, para 0,64, em 2000, e para 0,52, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 97,27%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 83,70%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 57,11%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 35,57%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 55,32 pontos percentuais, 78,59 pontos percentuais, 50,99 pontos percentuais e 33,82 pontos percentuais (ATLAS BRASIL, 2013).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 47,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 21,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 67,0. Já na UF, a taxa era de 19,3, em 2010, de 41,4, em 2000 e 63,1, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos (ATLAS BRASIL, 2013).

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (ATLAS BRASIL, 2013).

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,7 anos na última década, passando de 66,1 anos, em 2000, para 71,7 anos, em 2010. Em 1991, era de 60,6 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991(ATLAS BRASIL, 2013).

O fato de a renda estar aumentando principalmente entre as famílias na linha de extrema pobreza demonstra o caráter da focalização do programa está centrado principalmente, nas famílias em estado de miséria.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu no município de Piquet Carneiro, localizado no Sertão Central do estado do Ceará, na Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante a sala do Cadastro Único ou CADÚNICO, local responsável pelo cadastramento dos beneficiários do município está inserida na mesma. O município atende 2.425 beneficiários, onde deste total aplicou-se 30 questionários com perguntas iguais, que avaliaram as mudanças sociais e econômicas na vida dos beneficiários.

A aplicação do questionário avaliativo foi feita em uma única vez de forma aleatória e de caráter qualitativo, não havendo distinção com relação a sexo, idade, cor e raça.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Godoy (1995a, p.62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; caráter descritivo; significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; indutivo.

A expressão "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata - se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979a, p.520).

Nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

As informações foram coletadas pelos 4 membros da equipe na repartição da Secretaria Municipal de Assistência Social, local este onde os beneficiários aguardavam para serem atendidos.

As perguntas do questionário avaliativo social e econômico utilizado com os beneficiários do município de Piquet Carneiro-CE, propôs observar se havia melhoria na

qualidade de vida das pessoas assistidas pelo programa e de suas famílias, como meio para diagnosticar e extrair os resultados almejados. Procurou-se assimilar as informações coletadas, juntamente com os artigos estudados para se chegar à conclusão final da pesquisa.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Mudanças na Qualidade de Vida dos Beneficiários

O PBF tem como princípios a transversalidade e intersetorialidade das ações estatais nas 03 (três) esferas de governo; no desenvolvimento de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade; na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e etnia; na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias (WEISSHEIMER, 2006).

É o principal programa social do governo, pois o mesmo contribui significativamente para tirar a população mais carente das margens da extrema pobreza, dando-lhe o direito a uma vida mais digna e futuro próspero.

A aplicação do questionário avaliativo foi realizada na Secretaria de Assistência Social do município de Piquet Carneiro, devido a gestão do Programa encontrar-se no mesmo local. Foram avaliadas apenas as pessoas que estavam presentes, pois as mesmas atendiam aos requisitos propostos pelo presente estudo.

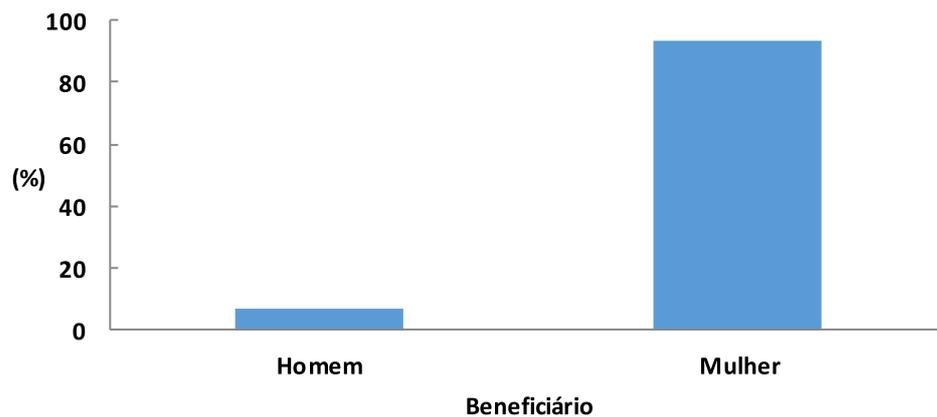


Gráfico 1: Responsável pelo Recebimento do Programa Bolsa Família.

Para análise da pesquisa participaram 30 beneficiários no qual 93,33% dos avaliados eram formados por mulheres e 6,66% por homens. Estudos mostram que as mulheres

administram melhor estes recursos financeiros. Ela faz as melhores escolhas sobre onde e como aplicar os recursos, de forma que toda a família possa ser beneficiada. Outra razão para tal decisão deriva do fato de que famílias pobres são mais comumente “chefiadas” por mulheres (MDS, 2007). Comprovando assim o motivo pelo qual a presente pesquisa teve em sua análise um número significativo de mulheres em relação aos homens.

Mediante a avaliação proposta aos beneficiários, pode-se observar um consenso comum entre as pessoas beneficiadas pelo programa, pois 100% ressaltaram a importância de estarem sendo assistidas por programas sociais e o benefício que trouxeram para suas famílias.

De acordo com Beneficiário U: “Minha vida e de minha família mudou pra melhor, antes não podia comprar comida boa, hoje posso, e ainda sobra dinheiro pra comprar uma roupinha melhor”.

Beneficiário V: “Antes tinha só a roça e às vezes passava necessidade, pois já não dava, hoje minha família não passa fome”.

O programa bolsa família influencia diretamente no aspecto socioeconômico das pessoas assistidas, proporcionando-lhes uma vida mais digna. Segundo o Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas Alimentares (IFPRI, 2012) o PBF não está somente complementando o orçamento mensal das famílias pobres no Brasil, mas também está mudando as condições de vida dessas famílias.

O PBF pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e de educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

## 4.2 Programa Bolsa Família e Sua Influência na Educação

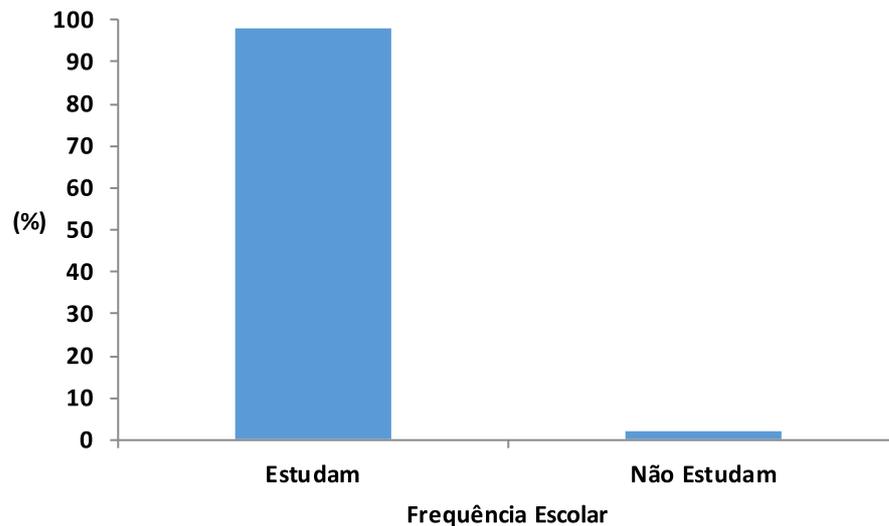


Gráfico 2: Frequência dos Filhos dos Beneficiários a Escola ou Creche.

Afirmou-se através dos dados coletados, que os filhos das 30 famílias beneficiadas como o Programa Bolsa Família, 98 % estão na escola ou em creches, enquanto os outros 2% são bebês ou terminaram os estudos.

Ao entrar no PBF, a família se compromete a cumprir as condicionalidades do programa na área de educação, que é: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola.

Os programas de renda mínima com condicionalidades, como o Bolsa Família, incentivam a educação e ajudam o crescimento econômico.

De acordo com a Beneficiária W: “Com o Bolsa Família meus filhos não precisam mais parar de estudar, pra ajudar em casa”.

Segundo a Beneficiária X: “ Meus filhos estão mais animados pra estudar, pois poderão ter um futuro melhor do que o nosso (pais) e poderão viver mais dignos.

As famílias mantendo seus filhos nas escolas vão lhes proporcionar oportunidade de serem pessoas de futuro promissor e preparadas para o mercado de trabalho, sendo assim capazes de prover seus próprios sustentos e de suas famílias.

Segundo Lavinias (2002), os programas de renda mínima têm como objetivo principal minimizar a pobreza por meio da educação, haja vista o trabalho infantil, não permitindo que a criança deixe de estudar para ajudar no sustento de sua família com algum sub-emprego. A ideia é que a elevação do nível educacional dessas crianças permitirá ampliar sua capacidade futura de geração autônoma de renda, rompendo com o círculo vicioso de reprodução da pobreza. Portanto são programas cujos efeitos se farão sentir muito mais no médio e longo prazos (LAVINAS, 2002).

A educação faz uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias, ou seja, aumenta o capital humano, resultando em renda para a pessoa que recebeu a educação. Mas não é só o capital humano que se beneficia da educação, pois a educação além de tornar as pessoas mais capazes de produzir, também contribuiu para as pessoas terem mais liberdade de realização, como de se comunicar, de ler, de fazer cálculos etc.

O desenvolvimento humano não pode ser dissociado do crescimento econômico, contudo, é preciso enfocá-lo a partir da perspectiva do desenvolvimento das pessoas.

### 4.3 A Influência do Programa Bolsa Família na Saúde de seus Beneficiários

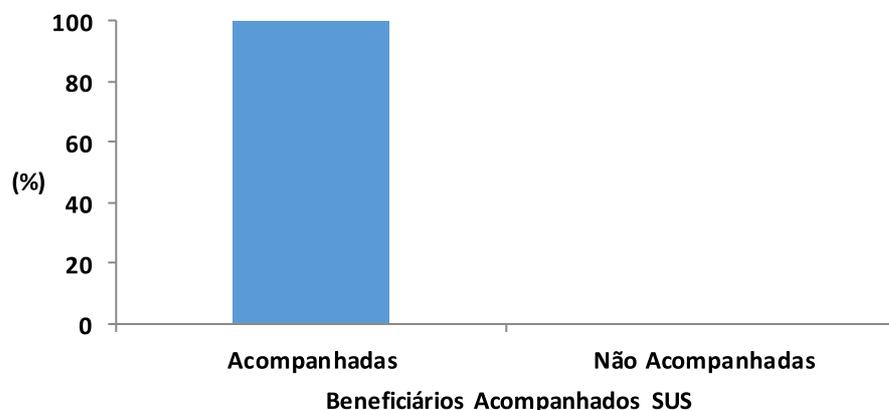


Gráfico 3: Famílias Acompanhadas Pelo Sistema Único de Saúde.

De acordo com a presente pesquisa as famílias dos 30 beneficiários avaliados tem toda a assistência que precisar, apesar de todas as dificuldades do Sistema Único de Saúde em disponibilizar um serviço de qualidade, porém todas as famílias ressaltaram a importância de ser beneficiário e mesmo com as dificuldades que o SUS tem são acompanhadas em suas necessidades básicas de saúde e totalizando assim 100% de atendimento aos beneficiários.

O Sistema Único de Saúde - SUS é responsável pelo acompanhamento da saúde de famílias beneficiárias. As famílias pobres e extremamente pobres podem ter maior dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde. Por este motivo, o objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas (saúde, educação e assistência social), potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuindo para a sua inclusão social. Essas condicionalidades são os compromissos que as famílias assumem quando fazem parte do Programa.

No que se refere as condicionalidades, deve-se ofertar a todas as gestantes e crianças menores de 7 anos de idade contempladas com o benefício do Programa as seguintes ações: Gestantes – Fazer a inscrição do pré-natal e comparecer às consultas, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde; participar de atividades educativas sobre aleitamento materno, orientação para uma alimentação saudável da gestante e o preparo para o parto. Mãe ou responsável pelas crianças menores de 7 anos – Levar a criança à unidade de saúde para realização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde; participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança; cumprir o calendário de vacinação da criança, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde.

As ações de Saúde que fazem parte das condicionalidades do Programa Bolsa Família, descritas acima, são universais, ou seja, devem ser ofertadas a todas as pessoas que procuram o SUS.

O programa Bolsa Família propicia aos beneficiários carentes não apenas o benefício financeiro que seja possível prover o sustenta da família, proporciona também o acompanhamento por Órgãos de Saúde Pública.

Beneficiária Y: "Fui acompanhada na gravidez desde o início até o fim"

Beneficiária Z: "Meus filhos são acompanhados pelo pessoal da saúde"

Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance de superar penúria (SEN, 2000:133).

## 5. CONCLUSÕES

Utilizando-se de referenciais bibliográficas, observações realizadas no decorrer da pesquisa e através do questionário avaliativo realizado com alguns beneficiários do programa, concluímos que o PBF, de fato, tem sido um programa de destaque no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social, como mecanismo prevalente no combate à pobreza no país.

Os programas sociais de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família são de fundamental importância para a população carente do Brasil, principalmente em regiões onde predominam a pobreza e a falta de oportunidade de trabalho.

A região nordeste é conhecida no país pelo alto índice de pobreza de sua população, onde o que predomina como principal fonte de renda para o sustento da maioria da população é a agricultura, mediante a estiagem que se estende ao longo dos anos a situação poderia ser pior, pois a única alternativa, como principal fonte de renda para essa população carente é o Bolsa Família, onde proporciona esperança e o sustento que antes não havia.

O Programa Bolsa Família proporciona à população do município de Piquet Carneiro/CE, que está às margens da miserabilidade, uma qualidade de vida melhor.

É o principal incentivador para que as famílias carentes mantenham seus filhos na escola e para que os mesmos tenham uma infância e um futuro mais respeitável e promissor.

A eficiência do programa mantém as famílias assistidas por programas de saúde, no qual torna a vida da população carente mais saudável, proporcionando assim aos beneficiários uma perspectiva de vida longínqua.

O Programa Bolsa Família contribuiu para a melhoria econômica e social do município de Piquet Carneiro/CE, havendo aumento no poder de compra das pessoas favorecendo o crescimento do comércio local e a geração de emprego e renda, conseqüentemente levando a uma melhor qualidade de vida.

O PBF demonstra ser um programa de extrema importância e eficiência ao longo dos anos no país, porém precisa ser melhorado, com isso se faz necessário novas pesquisas e estudos voltados para os programas sociais que modificam a estrutura econômica e social das regiões.

Nesse sentido abre a oportunidade de pesquisar além dos benefícios que o programa proporciona a população, setores da economia que estão se desenvolvendo mediante ao aumento da proporção de beneficiados com a distribuição de renda local, em relação a outras regiões em que a distribuição de renda é menor.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICE TERESA MUNHOZ SEGA, **Os Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil no período de 1995-2010: um estudo do Impacto do Programa Bolsa Família.**

BARROS, Ricardo Paes de et al. A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1.256.) Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25 de out. de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de orientações sobre o Bolsa Família na Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. –3. ed. –Brasília : Ministério da Saúde, 2010.68 p. : il. –(Série A. Normas e Manuais Técnicos)

CONSTANZI, R; FAGUNDES, F. Perfil dos beneficiários do programa bolsa família. In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (Org.). Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília, 2010, v. 1, p. 249-269.

**Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda,***[www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf](http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf)*

FERRAZ, Lúcio Flávio. Programa bolsa família: impactos na distribuição da renda. Brasília-DF: Trabalho de conclusão de curso (especialização), Tribunal de Contas da União Instituto Serzedello Corrêa. 2008.

Fonte de pesquisado internet google site [www.bnb.gov.br/microcredito](http://www.bnb.gov.br/microcredito), no dia 04/06/2015.

Fonte de pesquisado internet google site [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), no dia 04/06/2015.

Fonte de pesquisado internet google site [www.mds.gov.br/saladeimprensa](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa), no dia 04/06/2015.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

pesquisado no dia 17/11/2016.

IFPRI (2012). INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA SOBRE POLÍTICAS ALIMENTARES. Segunda Rodada de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBFII). Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 24 set. 2012.

LAVINAS, Lena. **Avaliação de Programas de Renda Mínima.** Ipea, 2002.

Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5ª Edição. Disponível em: <<http://www.bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 04 Set 2011.

LÚCIO FLÁVIO FERRAZ. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA Impactos na distribuição da renda, p. 30-46 Brasília-DF 2008.

MAANEN, John, Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface, In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979a, pp 520-526.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/26M.pdf>>. Acesso em: 26 Abril de 2013.

MDS. Benefício de Prestação continuada. Brasília, 2011. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 10 de set. de 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.aplicacoes.mds.gov.br>>. Acesso em: 05 Ago 2011.

MESQUITA, C. S. O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/mds.do?active=3>. Acesso em: 24 de out. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1ª Edição. Brasília – DF. 2006.

PEQUENO, R. dos S. A. **O Programa Bolsa-Família: seus efeitos econômicos e sociais na região nordeste do Brasil**. Natal/RN: UFRN, 2008. 31p. Biblioteca Virtual Bolsa Família.

PIRES, Daniane Christie Alves. A implantação do bolsa- família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006. Caxambu, MG. 2008.

ROCHA, Sônia. Impactos sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ. 2005.

SEN, AMARTYA. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000, p. 109-135.

SILVA, M.O.S. **“Os programas de transferência de renda enquanto estratégia atual de enfrentamento ‘a pobreza no Brasil: o Programa Bolsa Família**. Trabalho apresentado no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Luanda/Angola, 28 a 30 de nov. 2006.

SIMIONI, Monica. Macroeconomia - Distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1285:repositoragens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1285:repositoragens-materias&Itemid=39)>. Acesso 04/06/2015.

SOARES, Fabio Veras et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão n. 1228.) Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 28 de out. de 2011

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

[WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/)Acesso em 01/03/2017

[WWW2.IPECE.CE.GOV.BR/PUBLICACOES/ANUARIO/ANUARIO2013/INDEX.HTM](http://WWW2.IPECE.CE.GOV.BR/PUBLICACOES/ANUARIO/ANUARIO2013/INDEX.HTM)  
Acesso em 01/03/2017

[WWW.CARLOSESCOSSIA.COM/2009/09/O-QUE-E-CRESCIMENTO-E-DESENVOLVIMENTO.HTML](http://WWW.CARLOSESCOSSIA.COM/2009/09/O-QUE-E-CRESCIMENTO-E-DESENVOLVIMENTO.HTML) Acesso em 04/06/2015.

[WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_ATO2004-2006/2004/LEI/L10.836.HTM](http://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2004-2006/2004/LEI/L10.836.HTM).  
Acesso em 04/06/2015.

ZIMMERMANN, C.R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. Revista Internacional de Direitos Humanos. N. 4, Ano 3. 2006.

ANEXO

**QUESTIONÁRIO AVALIATIVO SOCIOECONÔMICO PARA VERIFICAR  
MUDANÇAS NA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PIQUET CARNEIRO-CE**

1. Sexo M ( ) F ( )
2. Idade \_\_\_\_\_
3. Estado Civil? \_\_\_\_\_ 14. Quantos filhos você tem? \_\_\_\_\_
5. Trabalha? Sim ( ) Não ( )
6. Há quanto tempo se beneficia do recurso do Bolsa Família? \_\_\_\_\_
7. Este recurso ajuda a suprir as necessidades da família? \_\_\_\_\_
8. Como é usado o dinheiro recebido do programa? \_\_\_\_\_
- 9.. Com o Bolsa Família, houve alguma melhoria no atendimento à saúde? Sim( ) não( )  
Como ?
10. Após a implantação do Programa Bolsa Família, houve alguma melhoria na qualidade dos filhos na escola? Sim ( ) Não ( )  
Como? \_\_\_\_\_
11. o recurso é recebido em dia? Sim ( ) Não ( )
12. O bolsa-família é importante para ajudar na sobrevivência da sua família? Sim ( ) Não ( )  
Por que? \_\_\_\_\_
13. O que poderia ser feito para aperfeiçoar cada vez mais o Programa Bolsa Família?